

Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo

[PIICIE LT]

OBSERVATÓRIO
3i DA EDUCAÇÃO
DA LEZÍRIA DO TEJO



COFINANCIADO POR



POLICY-BRIEF N° 1

Estatuto socioeconómico e percursos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico: Como se posiciona a Lezíria do Tejo entre as NUTS III?



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

FRANCISCO SIMÕES

EQUIPA DO OBSERVATÓRIO 31 DA EDUCAÇÃO DA LEZÍRIA DO TEJO

INÊS ALVES FERREIRA

D'JAMILA GARCIA

FRANCISCO SIMÕES

CECÍLIA AGUIAR

CARLA MOLEIRO

ENTIDADE PARCEIRA

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL - ISCTE-IUL

ENTIDADE PROMOTORA

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CIMLT

CONCEÇÃO GRÁFICA

NAPPERON

SETEMBRO DE 2020

CONTACTOS

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CIMLT

QUINTA DAS CEGONHAS, APARTADO 577, 2001-907 SANTARÉM

TELEFONE: 243 303 240

GLOSSÁRIO

Abono de família para crianças e jovens | Prestação concedida pela Segurança Social, de montante variável, em função do número e da idade dos descendentes e em função do rendimento do agregado familiar. Podem ser beneficiários desta prestação crianças e jovens: (a) residentes em Portugal ou equiparados a residentes; (b) que não exerçam atividade laboral, exceto se esta for prestada ao abrigo de contrato de trabalho em período de férias escolares e (c) cujo agregado família não tenha património mobiliário no valor superior a 240xIAS (104.582,40€) à data do requerimento ou que tenha um rendimento de referência igual ou inferior ao valor estabelecido para o 3.º escalão de rendimentos ou igual ou inferior ao 4.º escalão de rendimentos no caso de crianças com idade inferior a 36 meses ou sejam considerados pessoas isoladas.

Consoante a sua situação relativamente à escolaridade ou grau de incapacidade, os descendentes poderão ser beneficiários desta prestação até aos 24 anos de idade.

Taxa de desemprego | Indicador que descreve o conjunto de indivíduos com idade mínima especificada de 15 anos, inscritos nos Centros de Emprego, que não têm emprego, que procuram um emprego e que estão disponíveis para trabalhar.

Ganho médio mensal | Montante ilíquido médio mensal em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou trabalho fornecido no período normal e extraordinário. Inclui, ainda, o pagamento de horas remuneradas, mas não efetuadas (férias, feriados e outras ausências pagas).

Rendimento social de inserção | Apoio destinado a proteger as pessoas que se encontrem em situação de pobreza extrema, sendo constituído por uma prestação em dinheiro, para assegurar a satisfação das suas necessidades mínimas, e um programa de inserção que integra um contrato (conjunto de ações estabelecido de acordo com as características e condições do agregado familiar do requerente da prestação, visando uma progressiva inserção social, laboral e comunitária dos seus membros).

Percursos diretos de sucesso | Percentagem de alunos que obtêm classificação positiva nas duas provas finais do 9º ano de escolaridade, após um percurso sem retenções no 7º e 8º anos de escolaridade. O indicador inclui os alunos matriculados no ensino artístico especializado.

NOTA PRÉVIA

Este *policy-brief* é a primeira publicação do Observatório 3i da Educação da Lezíria do Tejo (OELT). O objetivo geral do referido observatório é consubstanciar uma análise diagnóstica, reflexiva, informativa, prognóstica e inovadora do fenómeno do (in)sucesso escolar no território da Lezíria do Tejo. Este objetivo geral tem três ramificações essenciais. A primeira delas envolve *caracterizar* o contexto a nível intermunicipal e municipal, nomeadamente as respetivas tendências demográficas, os indicadores sociais, em particular ao nível da proteção social da população, dos rendimentos ou da situação perante o emprego. A segunda ramificação do objetivo geral deste observatório é *sintetizar* informação, de modo a chegar a perfis municipais e intermunicipais, com base em dados relevantes. Por fim, é ainda desiderato deste observatório *informar* no sentido de estruturar estudos posteriores que permitam avaliar, em profundidade, fatores associados ao (in)sucesso escolar na Lezíria do Tejo.

De modo a assegurar a pertinência deste *policy-brief*, a equipa do OELT optou por centrar este documento na análise do papel do estatuto socioeconómico no (in)sucesso escolar, na Lezíria do Tejo. Sendo reconhecidos os efeitos das condições sociais e económicas nas trajetórias escolares, considerou-se pertinente analisá-las no que diz respeito a indicadores alinhados com os Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar, bem como com enfoques temáticos que estejam, também, na agenda da discussão pública. Seguindo este princípio, é averiguado o papel do estatuto socioeconómico, a partir de diferentes indicadores e ângulos, no (in)sucesso escolar no 3º ciclo de escolaridade, descrito em termos de percursos diretos de sucesso. Esta medida aplicada ao 3º ciclo de escolaridade permite avaliar o sucesso ao longo de todo um ciclo de estudos, cruzando dados da avaliação interna com dados da avaliação externa. Além disso, o foco no 3º ciclo de escolaridade justifica-se, considerando que se trata de uma etapa escolar marcada por níveis de insucesso consideráveis, quer no plano nacional, quer na região da Lezíria do Tejo, nomeadamente na transição para o 7º ano (Conselho Nacional da Educação, 2018). Acresce que os percursos diretos de sucesso são uma medida complexa recomendada para a avaliação do sucesso escolar por parte da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), incluindo nos já referidos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2016; Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, 2019).

Com este foco, procurou-se responder a duas questões gerais:

QUAL A RELAÇÃO ENTRE INDICADORES DE ESTATUTO SOCIOECONÓMICO E PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DE ESCOLARIDADE, AO NÍVEL DAS NUTS III?

COMO SE SITUA A LEZÍRIA DO TEJO, A ESSE NÍVEL, COMPARATIVAMENTE A OUTRAS NUTS III?

Do ponto de vista da sua estrutura, este policy-brief integra:

- (1) Uma breve contextualização sobre a importância do estatuto socioeconómico nas trajetórias escolares;
- (2) A descrição do papel do estatuto socioeconómico nos percursos diretos de sucesso, ao nível das NUTS III, no 3º ciclo de escolaridade;
- (3) A descrição do papel do estatuto socioeconómico nos percursos diretos de sucesso, ao nível dos municípios da Lezíria do Tejo, no 3º ciclo de escolaridade.

ESTATUTO SOCIOECONÓMICO E SUCESSO ESCOLAR: O QUE SABEMOS ATÉ AGORA?

O estatuto socioeconómico é uma medida de posição de um determinado sujeito ou agregado familiar numa hierarquia de poder. Trata-se de uma medida composta por indicadores objetivos em três dimensões: riqueza, estatuto profissional e habilitações literárias (Diemer et al., 2013).

Em geral, tem sido demonstrado que um melhor estatuto socioeconómico resulta, tendencialmente, em trajetórias de maior sucesso escolar. Esta diferença é ilustrada em grandes estudos internacionais de referência. Por exemplo, nos estudos do *Programme for International Students Assessment* (PISA), a diferença nos resultados médios entre os 15% de alunos com estatuto socioeconómico mais elevado e os 15% de alunos que se encontram na condição socioeconómica mais frágil corresponde a quase dois anos de escolarização (Dietrichson et al., 2017). Essa diferença justifica, pois, investimento público, no sentido de mitigar os efeitos da desigualdade socioeconómica nas trajetórias escolares (Hattie, 2018).

Será relevante sublinhar que o impacto das condições sociais e económicas dos alunos e respetivas famílias no sucesso escolar não é uniforme. Por exemplo, a influência de um estatuto socioeconómico mais baixo em trajetórias de insucesso é mais notória em níveis de escolaridade mais baixos, nomeadamente aqueles que correspondem ao ensino básico, comparativamente ao ensino secundário ou ao ensino superior (Westrick, Robbins, Radunzel, & Schmidt, 2015). Além disso, outros fatores de contexto permitem minimizar os impactos negativos do baixo estatuto socioeconómico. Entre eles contam-se um clima escolar positivo e seguro (Ainsworth, 2002) ou a disponibilização de programas socioeducativos (e.g. tutoria) (Dietrichson et al., 2017).

ESTATUTO SOCIOECONÓMICO E PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NAS NUTS III

Seguidamente, caracteriza-se o estatuto socioeconómico ao nível das NUTS III. Para este *policy-brief* foram selecionados cinco indicadores de estatuto socioeconómico. O rendimento foi caracterizado através do ganho médio mensal em cada uma das NUTS III, mas também através de indicadores ao nível da proteção social como a percentagem de descendentes beneficiários do abono de família para crianças e jovens em cada NUTS III (nº de descendentes beneficiários do abono para crianças e jovens/nº total de residentes entre os 0 e 24 anos em cada território) e a percentagem de beneficiários de RSI residentes, em cada um destes territórios. Do ponto de vista do estatuto profissional, foi avaliada a percentagem de desempregados com 15 ou mais anos inscritos nos centros de emprego. Relativamente às habilitações, considerou-se

a percentagem de mulheres residentes com formação ao nível do ensino secundário ou do ensino superior. Este indicador pareceu pertinente, tendo em conta a influência que uma maior escolaridade entre as mulheres tem no desenvolvimento de trajetórias escolares positivas (Diemer et al., 2013).

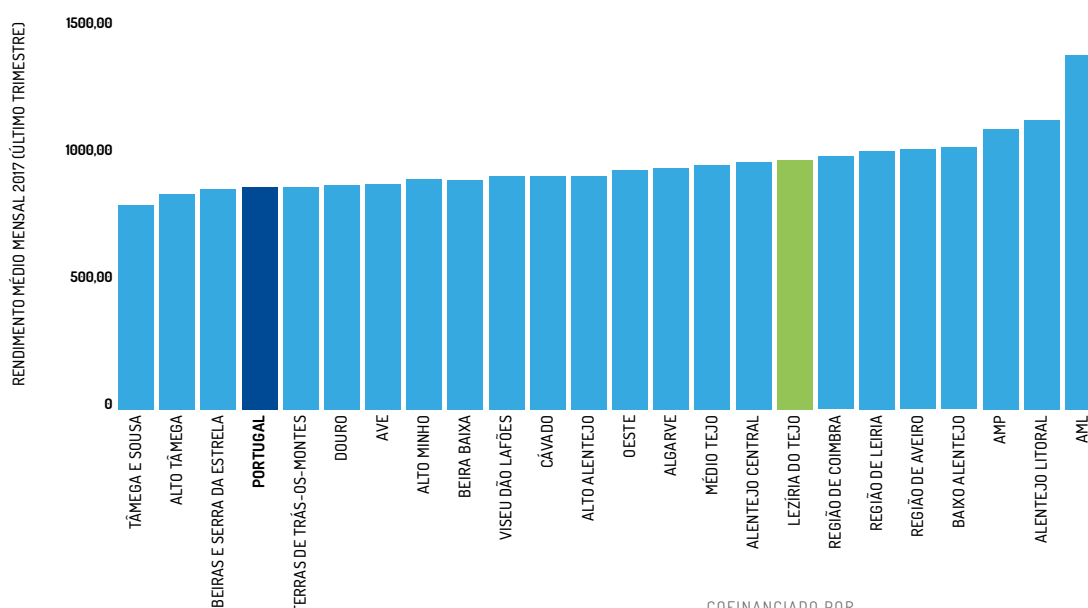
Os dados utilizados a partir das diferentes fontes disponíveis correspondem ao ano de 2017, por se tratar do último ano em que os indicadores selecionados estão acessíveis para as NUTS III. No que se refere à caracterização da taxa de mulheres residentes com escolaridade ao nível do ensino secundário ou do ensino superior, foram utilizados os dados disponibilizados pelos Censos de 2011. As fontes consultadas foram as bases de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), do PORDATA e da DGEEC.

COMO SE DISTRIBUÍA O GANHO MÉDIO MENSAL, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, EM 2017?

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o rendimento médio mensal em Portugal, no último trimestre de 2017, era de 865 euros. Atendendo ao Gráfico 1, a distribuição do rendimento médio mensal nas NUTS III oscilava entre um valor mínimo de 796.80 euros, na região do Tâmega e Sousa, e um valor máximo de 1388.50 euros, na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Na Lezíria do Tejo, o ganho médio mensal, no último trimestre de 2017, situava-se nos 976.60 euros. A região ocupava a oitava posição na distribuição do ganho médio mensal, representando um lugar intermédio na distribuição deste indicador pelas vinte e três NUTS III de Portugal Continental, acima do ganho médio a nível nacional.

GRÁFICO 1. GANHO MÉDIO MENSAL 2017 (ÚLTIMO TRIMESTRE) POR NUTS III

FONTES: INE, 2017



COFINANCIADO POR



QUAL ERA A TAXA DE DESCENDENTES QUE BENEFICIAVAM DO ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO FINAL DE 2017? E QUAL ERA A TAXA DE RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DO RSI, NO MESMO PERÍODO, NAS DIFERENTES REGIÕES?

De acordo com o Gráfico 2, 48,4% dos descendentes das famílias portuguesas com idades compreendidas entre os 0 e os 24 anos beneficiavam do abono de família para crianças e jovens, no final de 2017. Atendendo ao Gráfico 2, essa percentagem oscilava entre um valor mínimo de 42,4%, para a AML, e um valor máximo de 59,8%, na região do Tâmega e Sousa. Neste indicador de proteção social, a Lezíria do Tejo situa-se na décima primeira posição, com 51,4% dos descendentes residentes a beneficiarem do abono de família, valor acima da média nacional.

Em Portugal, 3,2% da população residente beneficiava do RSI, no final de 2017. O Gráfico 2 apresenta, também, a distribuição deste indicador pelas diferentes NUTS III. Assim, enquanto 1,0% da população residente na região do Cávado recebia essa prestação social, 5,7% tinha acesso ao RSI na região do Baixo Alentejo. Neste indicador de proteção social, a Lezíria do Tejo ocupa a décima terceira posição, com 2,4% da população residente a beneficiar do RSI, um valor abaixo da média nacional.

GRÁFICO 2. TAXAS DE DESCENDENTES BENEFICIÁRIOS DE ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS E DE BENEFICIÁRIOS DO RSI COM 15 OU + ANOS POR NUTS III - 2017 FONTE: PORDATA, 2019



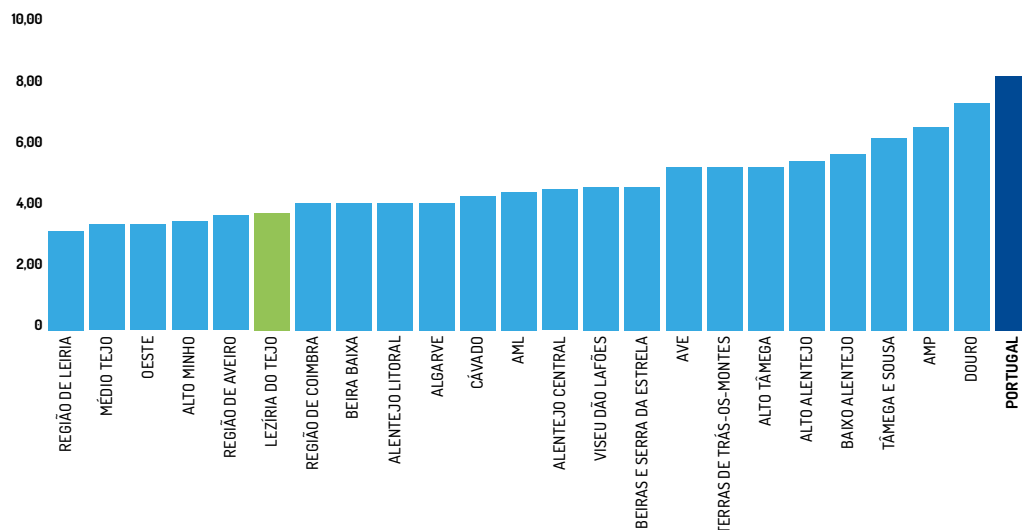
QUAL A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM MAIS DE 15 ANOS QUE SE ENCONTRAVA DESEMPREGADA, NO FINAL DE 2017, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 3 apresenta a distribuição da taxa de desemprego em Portugal e nas diferentes NUTS III, em 2017. De acordo com esse mesmo gráfico, Portugal apresentava uma taxa de desemprego de 6.5%, no final desse ano. A Região de Leiria apresentava a taxa mais baixa de desemprego entre a população residente com mais de 15 anos, entre as NUTS III, com um valor de 4.2%. Por sua vez, a região do Douro apresenta a taxa mais elevada de desemprego entre a população residente, com um valor de 10%. Neste indicador, a Lezíria do Tejo apresentava o sexto valor mais baixo na comparação por NUTS III, com um total de 5.1% da população residente com mais de 15 anos a encontrar-se numa situação de desemprego, valor esse também abaixo do valor para o todo nacional.

GRÁFICO 3. TAXA DE POPULAÇÃO DESEMPREGADA COM + DE 15 ANOS EM 2017 . NUTSIII

FONTE: PORDATA, 2019

TAXA DE POPULAÇÃO DESEMPREGADA COM + DE 15 ANOS 2017

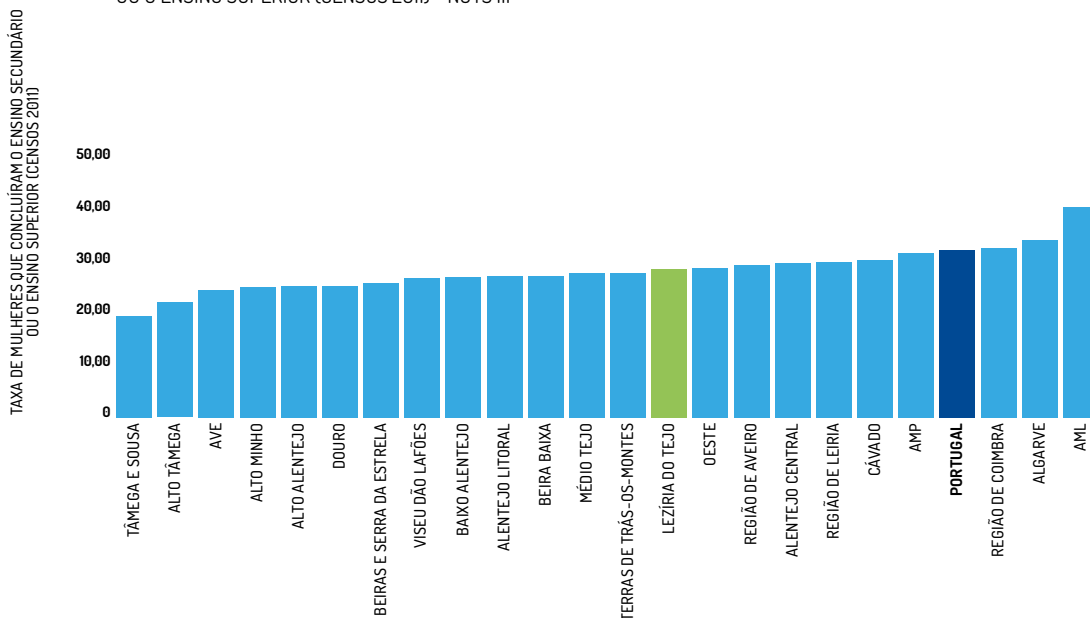


QUAL A PERCENTAGEM DE MULHERES COM ESCOLARIDADE AO NÍVEL DO ENSINO SECUNDÁRIO OU DO ENSINO SUPERIOR, ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, DE ACORDO COM OS CENSOS DE 2011?

De acordo com o Gráfico 4, 32,2% das mulheres portuguesas a residir no país tinham escolaridade equivalente ao ensino secundário ou ao ensino superior, em 2011. A distribuição deste indicador educativo é bastante variável, ao nível das NUTS III. Enquanto na região do Tâmega e do Sousa, 19,6% das mulheres tinham uma formação ao nível do ensino secundário ou do ensino superior, na AML essa percentagem atinge um valor máximo de 40,8%. Neste indicador educativo, a Lezíria do Tejo ocupa a décima posição, com 28,4% das mulheres a apresentarem habilitações ao nível do ensino secundário ou ao nível do ensino superior, valor abaixo da percentagem para o todo nacional.

GRÁFICO 4. TAXA DE MULHERES RESIDENTES QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SECUNDÁRIO OU O ENSINO SUPERIOR (CENSOS 2011) - NUTS III

FONTES: INE, 2017



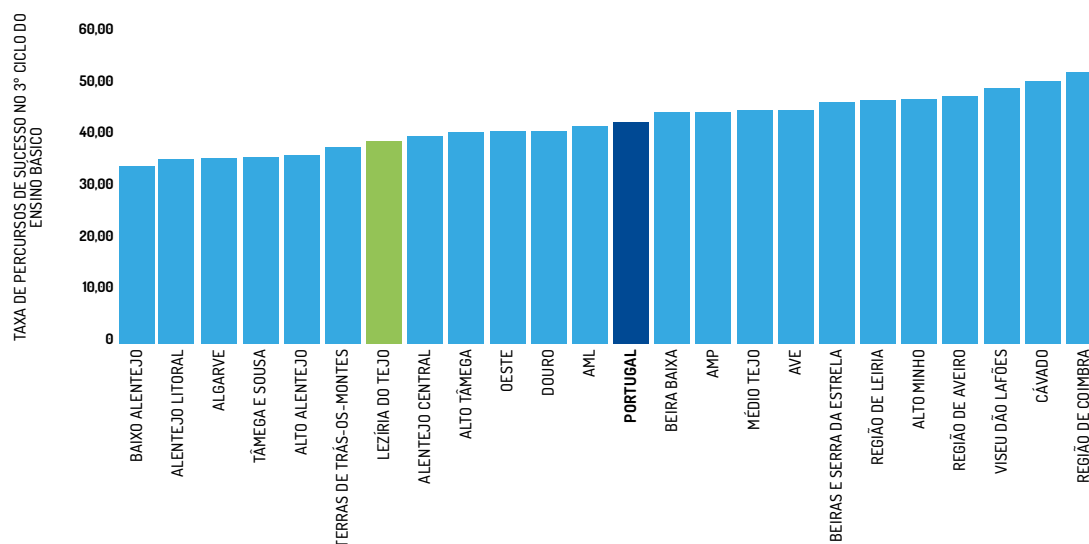
QUAL A PERCENTAGEM DE ALUNOS NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO COM PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO, NAS DIFERENTES NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL, NO FINAL DO ANO LETIVO 2016/2017?

De acordo com o Gráfico 5, 42.2% dos alunos portugueses que concluíram o 3º ciclo do ensino básico apresentaram percursos diretos de sucesso, em Portugal Continental¹. Enquanto na região do Baixo Alentejo, 33.6% dos alunos do 3º ciclo se apresentaram nessa situação, 51.7% estava em condição idêntica na Região de Coimbra. Neste indicador de sucesso escolar, a Lezíria do Tejo apresenta-se no décimo sétimo posto entre as diferentes NUTS III, com uma taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico de 38.5%. Este valor está abaixo da percentagem referente a Portugal Continental.

¹ Ao contrário dos indicadores socioeconómicos apresentados, o indicador de percursos diretos de sucesso está disponível, apenas, para Portugal Continental, uma vez que não é calculado para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

GRÁFICO 5. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO POR NUTS III

FONTE: DGEEC, 2017



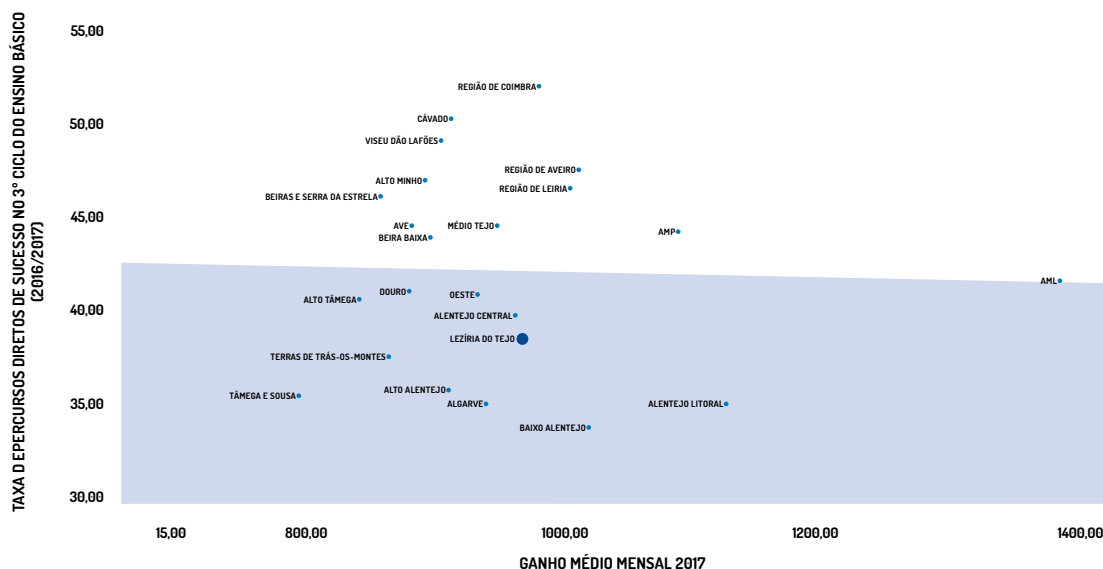
RELAÇÃO ENTRE ESTATUTO SOCIOECONÓMICO E PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NAS NUTS III

QUAL A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS PERCURSOS DE SUCESSO AO NÍVEL DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL, EM 2017, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 6 permite analisar a relação entre o ganho médio mensal e os percursos de sucesso ao nível do 3º ciclo do ensino básico. De acordo com a análise realizada, as diferenças entre NUTS III, no que diz respeito aos percursos diretos de sucesso, no final deste ciclo de escolaridade, não se devem ao ganho médio mensal. O gráfico realça, ainda, como o posicionamento da Lezíria do Tejo (assinalado no gráfico a vermelho) difere daquele evidenciado pela maior parte das NUTS III com ganhos médios elevados. Com efeito, as regiões com ganhos médios mensais mais elevados denotam, também, maior taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico (e.g. AML, AMP ou Região de Aveiro), com exceção do Alentejo Litoral e do Baixo Alentejo.

GRÁFICO 6. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PELO GANHO MÉDIO MENSAL DE 2017

FONTE: DGEEC, 2017; INE, 2017; PORDATA, 2019

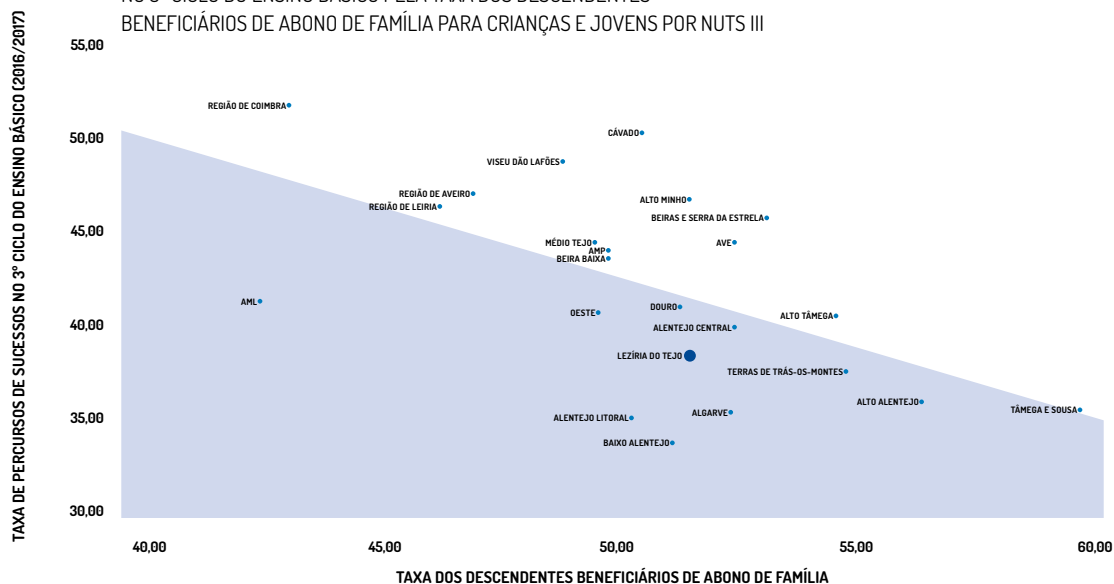


QUAL A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO AO NÍVEL DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PORCENTAGEM DE DESCENDENTES BENEFICIÁRIOS DO ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS, EM 2017, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 7 evidencia que a percentagem de descendentes beneficiários do abono de família em 2017 está relacionada com a taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico, ao invés do que sucede com o ganho médio mensal. Concretamente, a percentagem de alunos como percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico diminui à medida que aumenta percentagem de descendentes beneficiários do abono de família para crianças e jovens. O Gráfico 7 ilustra, ainda, que 31.3% das diferenças entre as NUTS III ao nível dos percursos diretos de sucesso é explicada pela taxa de descendentes residentes em cada uma delas que beneficiam do abono de família para crianças e jovens. Nesta distribuição, a posição relativa da Lezíria do Tejo acompanha a tendência das regiões que acumulam uma maior percentagem de descendentes que beneficiam de abono de família para crianças e jovens e menor incidência de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico.

GRÁFICO 7. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO PELA TAXA DOS DESCENDENTES BENEFICIÁRIOS DE ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS POR NUTS III

FORNTE: DGEEC, 2017; PORDATA, 2019

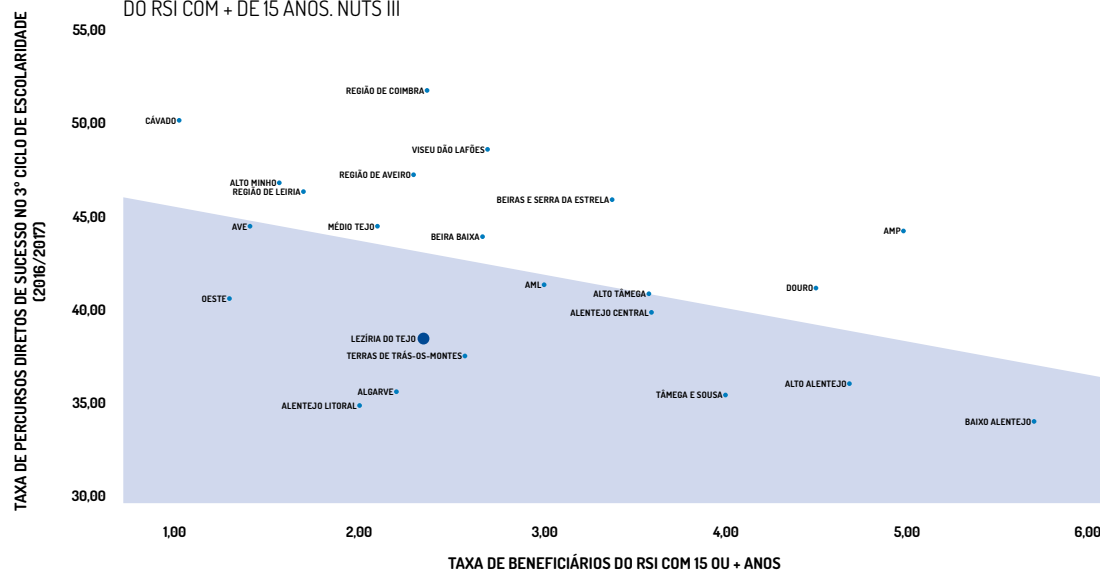


QUAL A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO AO NÍVEL DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE RESIDENTES BENEFICIÁRIOS DO RSI, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

O Gráfico 8 evidencia que também a percentagem de residentes beneficiários do RSI está relacionada com a taxa de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico. Concretamente, a **percentagem de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico diminui à medida que aumenta a taxa de beneficiários do RSI**. O Gráfico 8 ilustra, ainda, que 20,1% das diferenças entre as NUTS III ao nível dos percursos diretos de sucesso é explicada pela taxa de residentes beneficiários do RSI em cada uma das NUTS III. Neste caso, a Lezíria do Tejo aproxima-se de um cluster de regiões como o Alentejo Litoral, o Algarve ou as Terras de Trás-os-Montes, que conjugam menor taxa de residentes beneficiários do RSI com menor frequência de percursos diretos de sucesso, no 3º ciclo do ensino básico. Deste modo, a posição da Lezíria do Tejo não reflete a relação geral entre as duas variáveis.

GRÁFICO 8. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DE ESCOLARIDADE PELA TAXA DE BENEFICIÁRIOS DO RSI COM + DE 15 ANOS. NUTS III

FORNTE: DGEEC, 2017; PORDATA, 2019

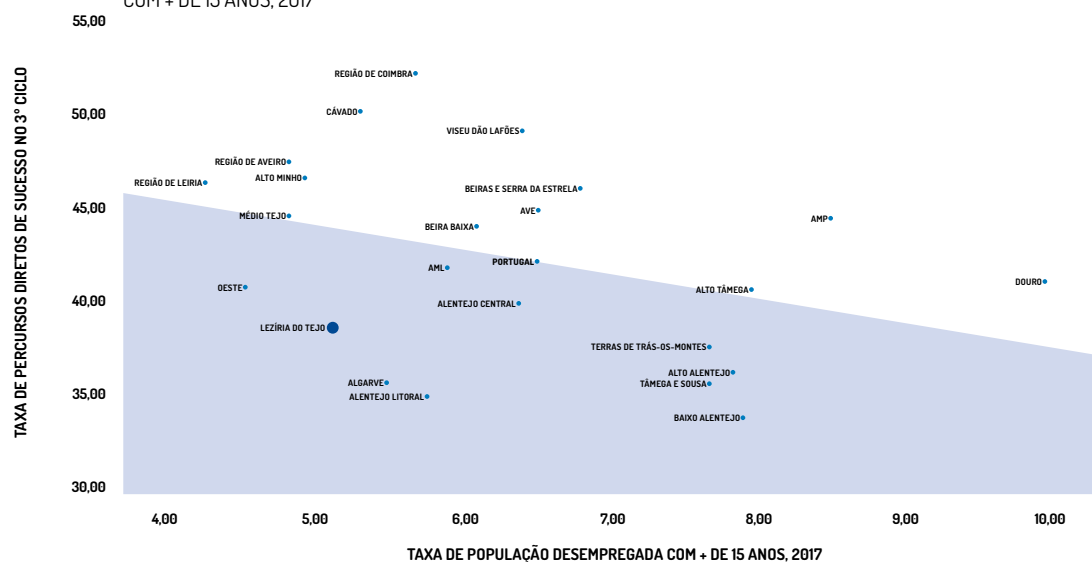


QUAL A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO AO NÍVEL DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO RESIDENTE DESEMPREGADA COM MAIS DE 15 ANOS, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

A análise do Gráfico 9 demonstra uma relação ténue entre o aumento da taxa de desemprego da população residente com mais de 15 anos e a diminuição da percentagem de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico. Contudo, essa relação não é significativa. Tal dever-se-á, sobretudo, a uma maior concentração de regiões com níveis de desemprego inferiores a 7% que tanto têm níveis mais elevados como níveis mais baixos de percursos diretos de sucesso. Neste índice particular, a Lezíria do Tejo está num quadrante inferior da distribuição das NUTS III, refletindo valores baixos quer de desemprego, quer de percursos diretos de sucesso, aproximando-se de um padrão mais típico de regiões do sul de Portugal Continental, tais como o Alentejo Litoral ou o Algarve.

GRÁFICO 9. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO PELA TAXA DE POPULAÇÃO DESEMPREGADA COM + DE 15 ANOS, 2017

DGEEC; PORDATA, 2019.

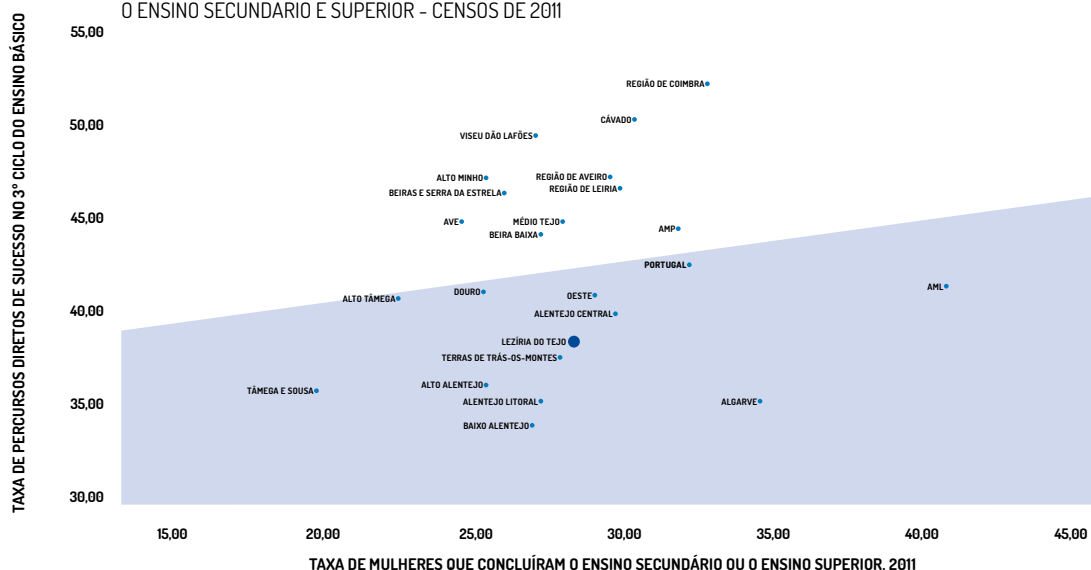


QUAL A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE OS PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO AO NÍVEL DO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E A PERCENTAGEM DE MULHERES RESIDENTES COM ESCOLARIDADE AO NÍVEL DO ENSINO SECUNDÁRIO OU DO ENSINO SUPERIOR, AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL?

A análise do Gráfico 10 evidencia uma tendência de incremento da percentagem de alunos com percursos de sucesso direto em função de habilitações literárias mais elevadas das mulheres residentes em cada uma das NUTS III. Contudo, essa tendência não é significativa, isto é, a percentagem de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico não aumenta em função de uma maior percentagem de mulheres com habilitações ao nível do ensino secundário e do ensino superior, entre as NUTS III. Neste indicador específico, a Lezíria do Tejo está num plano inferior da distribuição conjugada destes dois fatores, indicando a coexistência de baixas qualificações das mulheres residentes com baixos valores de percursos diretos de sucesso comparativamente a outras NUTS III. Essa zona inferior da distribuição é ocupada, sobretudo, por regiões do sul de Portugal Continental (e.g. Algarve) com exceção do Tâmega e Sousa e das Terras de Trás-os-Montes.

GRÁFICO 10. TAXA DE PERCURSOS DIRETOS DE SUCESSO NO 3º CICLO DE ESCOLARIDADE PELA TAXA DE MULHERES QUE CONCLUÍRAM O ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR - CENSOS DE 2011

FONTE: DGEEC, 2017; INE, 2011



COFINANCIADO POR



Ideias a reter

AO NÍVEL DAS NUTS III DE PORTUGAL CONTINENTAL

De entre os indicadores de estatuto socioeconómico, os fatores de proteção social (e.g. abono de família para crianças e jovens e RSI) são aqueles que maior relação têm com os percursos de sucesso direto, no 9º ano escolaridade.

A proporção de alunos com percursos direto de sucesso, no final do 9º ano de escolaridade, diminui à medida que aumenta a percentagem de descendentes que beneficiam de abono de família para crianças e jovens, ao nível das NUTS III.

Do mesmo modo, a proporção de alunos com percursos diretos de sucesso no final do 9º ano de escolaridade, é menor em função de uma maior a percentagem de residentes beneficiários do RSI.

Conclui-se, assim, que as prestações sociais conferidas pelo estado central são estruturantes no sentido de minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Contudo, a atribuição de recursos financeiros para as famílias não é suficiente para garantir o sucesso escolar, nomeadamente em termos de trajetórias escolares mais lineares, no final do 3º ciclo de escolaridade.

NA LEZÍRIA DO TEJO

A Lezíria do Tejo apresenta uma das taxas mais baixas de percursos diretos de sucesso, no final do 3º ciclo, no final do ano letivo de 2016/2017. Entre as 23 NUTS III de Portugal Continental, ocupa a décima sétima posição, com um valor percentual bastante abaixo do indicador para Portugal Continental.

A região acompanha, genericamente, a tendência de maior número de descendentes beneficiários do abono de família para crianças e jovens/menor incidência de percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico.

O mesmo já não sucede ao nível do RSI: neste caso, a Lezíria do Tejo aproxima-se de um cluster de regiões como o Alentejo Litoral, o Algarve ou as Terras de Trás-os-Montes, que conjugam menor taxa de residentes beneficiários do RSI com menor proporção de percursos diretos de sucesso, no final 3º ciclo do ensino básico.

Recomendações

Os dados apontam para a necessidade de as estruturas municipais e intermunicipais reforçarem o seu trabalho de articulação com os respetivos agrupamentos de escolas, para esbater o efeito negativo das desigualdades socioeconómicas que não são completamente mitigadas pelas prestações sociais da responsabilidade do Estado Central, pelo menos ao nível dos percursos diretos de sucesso, no 3º ciclo de escolaridade.

O conjunto das novas competências educativas dos municípios previstas na Lei Quadro 50/2018, artigo 11º, poderá ser um recurso importante, permitindo:

- a criação ou reforço de mecanismos de concertação entre transferências do Estado central (e.g. RSI) e apoios geridos localmente (e.g. refeições escolares);
- a ancoragem desses mecanismos no reforço do trabalho em rede entre técnicos da Segurança Social e municípios, assegurando a participação das famílias;
- a estruturação, de forma sistemática, de outras respostas de natureza não-pecuniária, como programas de enriquecimento curricular à escala municipal, com objetivos, processos e resultados definidos à partida e que favoreçam o acesso a outros recursos imateriais e simbólicos (e.g. bibliotecas municipais);
- a integração nesses programas de enriquecimento curricular de recursos sociais e educativos geridos por outras organizações (e.g. ONGs ou clubes desportivos), aumentando o nível de proteção na faixa etária correspondente ao terceiro ciclo do ensino básico.

Qualquer uma destas medidas beneficiará percursos diretos de sucesso mais efetivos na Lezíria do Tejo, atendendo ao facto de, neste indicador de sucesso escolar, o território se encontrar bastante abaixo do valor para o todo nacional.

Fontes

- Ainsworth, J.W. (2002). Why does it take a village? The mediation of neighborhood effects on educational achievement. *Social Forces*, 81, 117–152.
- Conselho Nacional de Educação (2018). *O estado da educação 2017*. Lisboa: Conselho Nacional da Educação.
- Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2016): *Desigualdades sociais e resultados escolares: Terceiro ciclo do ensino público geral*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Diemer, M. A., Mistry, R. S., Wadsworth, M. E., López, I., & Reimers, F. (2013). Best practices in conceptualizing and measuring social class in psychological research. *Analyses of Social Issues and Social Policy*, 13(1), 77–113.
- Dietrichson, J., Bøg, M., Filges, T., & Klint Jørgensen, A. M. (2017). Academic Interventions for Elementary and Middle School Students With Low Socioeconomic Status: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Review of Educational Research*, 87(2), 243–282. <https://doi.org/10.3102/0034654316687036>
- Direção-Geral de Estatísticas na Educação e Ciência (2019, setembro). Percursos diretos de sucesso no 3º ciclo do ensino básico. Retirado de <http://infoescolas.mec.pt/bds.asp>
- Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (2019). *Relatório PNPSE 2016-2018: Escolas e Comunidades tecendo Políticas Educativas com base em Evidências*. Lisboa: Direção-Geral de Educação.
- Instituto Nacional de Estatística (2019, setembro). Ganho médio mensal 2017. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contecto=pi&indOcorrCod=0009047&selTab=tab0&xlang=pt.
- Hattie, J. (2018). Hattie ranking: *252 influences and effect sizes related to student achievement*. Retirado de <https://visible-learning.org/hattie-ranking-influences-effect-sizes-learning-achievement/>.
- Lei-quadro nº 50-2018 da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.
- Pordata (2019, setembro). Percentagem de descendentes beneficiários do abono de família para crianças jovens. Retirado de <https://www.pordata.pt/Municipios/Abono+de+fam%C3%ADlia+para+crian%C3%A7as+e+jovens+da+Seguran%C3%A7a+Social+n%C3%BAmero+de+benefici%C3%A1rios+e+descendentes+ou+equiparados-522>

Pordata (2019, setembro). Percentagem de residentes beneficiários do RSI. Retirado de [https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+\(percentagem\)-715](https://www.pordata.pt/Municipios/Benefici%C3%A1rios+do+Rendimento+M%C3%ADnimo+Garantido+e+Rendimento+Social+de+Inser%C3%A7%C3%A3o+da+Seguran%C3%A7a+Social+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+(percentagem)-715)

Pordata (2019, setembro). Percentagem de população residente desempregada com mais de 15 anos. Retirado de [https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+\(percentagem\)-592](https://www.pordata.pt/Municipios/Desempregados+inscritos+nos+centros+de+emprego+e+de+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional+no+total+da+popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+a+64+anos+(percentagem)-592)

Pordata (2019, setembro). Percentagem de mulheres residentes com escolaridade ao nível do ensino secundário ou do ensino superior. Retirado de [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+\(percentagem\)-885](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+do+sexo+feminino+com+15+e+mais+anos+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+(percentagem)-885)

Westrick, P. A., Le, H., Robbins, S. B., Radunzel, J. M. R., & Schmidt, F. L. (2015). College Performance and Retention: A Meta-Analysis of the Predictive Validities of ACT® Scores, High School Grades, and SES. *Educational Assessment*, 20(1), 23–45. <https://doi.org/10.1080/10627197.2015.997614>



COFINANCIADO POR

